

Alessandra Matos Portella

HOMICÍDIO INFANTIL INDÍGENA

Erro de Tipo e Consequências Jurídico-Penais

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-324-0

JURUÁ
 EDITORA

Brasil Av. Munhoz da Rocha, 143 - Juvevê - Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 CEP: 80.030-475 - Curitiba - Paraná - Brasil

Europa - Rua General Torres, 1.220 - Lojas 15 e 16 - Fone: (351) 223 710 600
 Centro Comercial D'Ouro - 4400-096 - Vila Nova de Gaia/Porto - Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Portella, Alessandra Matos.

P843 Homicídio infantil indígena: erro de tipo e conseqüências jurídico-penais./ Alessandra Matos Portella./ Curitiba: Juruá, 2021.

118p.; 21,5cm

1. Homicídio infantil. 2. Comunidade indígena.
 3. Não responsabilização penal. 4. Erro de tipo culturalmente condicionado. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.9

000115

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A CONCEPÇÃO DE PESSOA HUMANA NA COSMOLOGIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS	15
2.1	PESSOA E HUMANIDADE NAS ONTOLOGIAS AMERÍNDIAS....	18
2.2	“SER ÍNDIO”: UM CRITÉRIO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO ÉTNICA.....	22
2.3	A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA CIDADANIA INDÍGENA FRENTE AO ESTADO MULTINACIONAL BRASILEIRO	24
3	O TRATAMENTO JURÍDICO DOS POVOS INDÍGENAS	29
3.1	O TRATAMENTO JURÍDICO DOS POVOS INDÍGENAS NO DIREITO BRASILEIRO	29
3.2	O TRATAMENTO JURÍDICO DOS POVOS INDÍGENAS NO DIREITO LATINO-AMERICANO.....	34
3.3	O TRATAMENTO JURÍDICO DOS POVOS INDÍGENAS NO DIREITO INTERNACIONAL	35
3.4	O PROBLEMA DO RECONHECIMENTO DOS SISTEMAS JURÍDICOS INDÍGENAS FRENTE AO MONISMO JURÍDICO OCIDENTAL	39
3.5	A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DE UMA JUSTIÇA ESPECIALIZADA PARA OS POVOS INDÍGENAS.....	45
4	O ÍNDIO NO BANCO DOS RÉUS: A CRIMINALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS	51
4.1	O PROJETO DE LEI 1.057/2007 E O DESRESPEITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS	52

4.2	TESES PELA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL.....	59
4.2.1	Requisitos Dogmático-Penais para a Responsabilização do Índio.....	61
5	EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE DO ÍNDIO POR ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL.....	67
5.1	CULPABILIDADE ENQUANTO FUNDAMENTO DA PENA: BREVE DIGRESSÃO HISTÓRICA	68
5.2	TEORIA DO ERRO.....	76
5.3	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	79
5.4	ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL ENQUANTO EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE	83
6	EXCLUSÃO DA TIPICIDADE POR ERRO DE TIPO CULTURALMENTE CONDICIONADO.....	85
6.1	ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO TIPO E SUAS FUNÇÕES	85
6.2	TIPO DE INJUSTO COMISSIVO DOLOSO.....	89
6.3	TEORIAS DO DOLO E SUAS ESPÉCIES.....	90
6.4	ERRO DE TIPO CULTURALMENTE CONDICIONADO	93
7	CONCLUSÃO.....	97
	REFERÊNCIAS	101
	ÍNDICE REMISSIVO.....	107